

EPILEPSIA NO CAMPO DA DOENÇA MENTAL: SIGNIFICADOS E DESDOBRAMENTOS SOCIAIS. 1859-1906.

Aluna: Débora Sol Ferreira Freire
Orientadora: Margarida de Souza Neves

Introdução

Campos disciplinares aparentemente distintos como História e Medicina se unem nessa pesquisa, que tem como título *Ciência e Preconceito: uma história social da epilepsia no pensamento médico brasileiro de 1859-1906* com o objetivo de identificar e entender como os preconceitos existentes na sociedade brasileira desse período invadem o campo científico e por sua vez, como este influencia e reforça tais preconceitos. O pensamento médico sobre a epilepsia é o objeto de análise que nos permite estudar essas associações. A minha proposta de trabalho visa a analisar as consequências da epilepsia ser considerada uma doença nervosa, ou seja, que está no campo da alienação mental.

Objetivos

Os objetivos centrais deste trabalho são: 1) Pensar o que significa doença mental e nervosa na sociedade brasileira do século XIX. 2) Pensar o que significa o pensamento médico da época classificar a epilepsia no campo da doença mental e também a abordagem médica da época em relação à especificidade da doença. 3) Verificar de que forma os elementos de dicionarização estão supondo um conceito médico e social que contribui para a construção do *horizonte de expectativa* sobre a doença a partir da vivência pessoal ou familiar da epilepsia, correspondente ao *espaço de experiência* [1].

Metodologia

Uma das chaves para entender o que significa a classificação da epilepsia no campo das doenças nervosas é a qualificação negativa que aparece reiteradamente nas teses médicas produzidas na época estudada e que se constituem na principal fonte documental da pesquisa. Por considerar a epilepsia como uma doença mental, alguns médicos qualificam negativamente a doença e, por extensão, o paciente. Este é o caso do Dr. Pedro Quintiliano Barbosa da Silva, que afirma em sua tese que a epilepsia torna o indivíduo “[...] capaz de cometer um ato de loucura por um motivo banal, insignificante [...]”.[2]. A primeira dimensão metodológica é, portanto, a análise de conteúdo dessas teses, pondo em evidência a definição da doença e sua associação com as doenças mentais.

É importante perceber o papel da loucura em uma sociedade que tem a ordem como premissa para alcançar o progresso. Por isso, a imagem construída em torno das doenças mentais, incluindo a loucura e a epilepsia, é de que são doenças que desordenam, desarmonizam o convívio social. De acordo com Michael Foucault, que se constitui em importante referência teórica do trabalho, em seu livro *História da Loucura* [3], a loucura é uma construção histórico-cultural e não um dado natural. A segunda vertente metodológica, referida ao primeiro e o segundo objetivos, consiste em relacionar e diferenciar, nas teses médicas, a epilepsia e outras doenças que os médicos da época classificam como *nevroses*. Com relação ao segundo objetivo, é relevante acrescentar a constante presença do chamado *diagnóstico diferencial* nas teses médicas, que busca destacar as características peculiares da epilepsia e diferenciá-la de outras doenças que possuem sintomas semelhantes, como a histeria.

Para atingir o último objetivo, a pesquisa dos dicionários médicos e não médicos do período cronológico demarcado pelo projeto é fundamental para que seja possível identificar o conceito de epilepsia da época e comparar o conceito médico, sintetizado nos dicionários médicos, e o conceito corrente, presente nos dicionários da língua portuguesa. Este procedimento permite, igualmente verificar como os preconceitos sociais e médicos em relação à epilepsia aparecem nas definições apresentadas pelos dicionários. Através do *Dicionário de Medicina Doméstica e Popular* de Theodoro J.H.Langgard, publicado em 1887 [5], por exemplo, é possível identificar com mais precisão o significado de palavras como *nevrose*, *nervos*, *histeria*, *epilepsia*, *idiotismo*, *alienação mental* e outras lexias relacionadas ao campo das doenças mentais. Esse procedimento permite um primeiro passo no sentido do entendimento do conceito de epilepsia na época e de seu campo semântico..

Conclusão

A epilepsia era vista pelo pensamento médico brasileiro, como de resto também pelo pensamento médico europeu em que se baseava como sendo *uma nevrose*, ou seja, uma doença dos nervos ou do sistema nervoso. O uso da lexia *nervos* está associado não apenas ao significado anatômico, mas a conceitos e interpretações construídos socialmente e que se referem àquelas que são consideradas *doenças mentais*.

Os médicos do período estudado associam a experiência da epilepsia a uma tendência à degenerescência moral e à loucura, e, portanto, ao avesso da ordem, da virtude, da razão e da harmonia. Através da construção argumentativa do discurso médico, é possível perceber o quanto os homens de ciência contribuem para a exclusão social dos que então eram chamados de *epiléticos*. A relação desses letrados com o Estado e suas agências irá legitimar a criação das chamadas *casas de alienados* ou *asilos*, que recolhiam, também, pacientes de epilepsia. A essas instituições cabe a tarefa de ordenar, pela exclusão dos espaços públicos, seus internos. Essa é uma prática de mão dupla, uma vez que reforça e é reforçada pela segregação social.

A partir da análise do discurso médico e de sua divulgação através de dicionários é possível concluir que a doença mental – e, nela, a epilepsia – é vista pelo Estado e pela Medicina como perturbadora da ordem social e por isso a solução é, justamente, excluí-la do convívio social, é, sobretudo para os pobres, tutelar e institucionalizar os que são diagnosticados como enfermos mentais, e considerá-los incapazes de responder por seus atos. Para um paciente com epilepsia, isso é a determinação de seu futuro, já que é visto como parte do grupo de *alienados mentais*. O desconhecimento científico da época sobre a fisiologia da epilepsia não impede os médicos de classificarem e abordarem esta síndrome como uma *alienação mental*, reforçando o preconceito em relação a estes pacientes. Afinal, hoje já se sabe que as alterações neuronais que provocam a epilepsia não afetam a razão ou a moralidade, o que aponta para uma questão sempre atual: quais são os limites da isenção científica?

Referências

- 1 – KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Editora PUC-Rio.
- 2 - SILVA, Pedro Quintiliano Barbosa da. **Epilepsia**. Rio de Janeiro: Tipografia de G. Leuzinger e Filhos, 1877.
- 3 – FOUCAULT, Michael. **História da Loucura**. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- 5 - LANGGAARD, Theodoro J.H. **Dicionário de medicina doméstica e popular**. 2 ed. V.2. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1887.